

Mateus Supermercados S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Praça Carlos Chagas, 49 – 4º andar
Santo Agostinho
Belo Horizonte | MG | Brasil
T +55 31 3289.6000
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Acionistas da
Mateus Supermercados S.A.
São Luis – MA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Mateus Supermercados S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mateus Supermercados S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concentração de compras para partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 15, que evidencia a concentração das compras da Companhia em relação a parte relacionada Armazém Mateus S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2018

Daniel Menezes Vieira
CT CRC MG-078.081/O-1 "S" – MA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – MA

Mateus Supermercados S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	116.727	197.710
Contas a receber	4	395.101	282.142
Estoques	5	334.087	310.704
Tributos a recuperar	6	15.473	17.997
Outros ativos	7	1.724	1.566
Total do ativo circulante		<u>863.112</u>	<u>810.119</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	15	6.031	15.672
Tributos a recuperar	6	12.166	8.090
Impostos diferidos	6	2.344	2.957
Títulos de capitalização	7	13.348	15.159
Outros ativos	7	6.483	6.483
Depósitos judiciais	14.b	2.470	1.599
		<u>42.842</u>	<u>49.960</u>
Imobilizado	8	<u>412.817</u>	<u>396.365</u>
		412.817	396.365
Total do ativo não circulante		<u>455.659</u>	<u>446.325</u>
Total do ativo		<u>1.318.771</u>	<u>1.256.444</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mateus Supermercados S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	75.652	114.793
Debêntures	11	12.376	12.844
Fornecedores	9	543.719	372.822
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	74.533	72.275
Outros passivos	-	14.310	6.574
Total do passivo circulante		<u>720.590</u>	<u>579.308</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	161.141	147.791
Debêntures	11	35.732	48.000
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	5.145	4.818
Provisão para riscos	14.a	1.801	5.530
Outros passivos	-	100	7.000
Partes relacionadas	15	321.206	392.321
Total do passivo não circulante		<u>525.125</u>	<u>605.460</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	71.641	53.741
Reserva legal	16.b	69	1.056
Lucros acumulados	-	1.346	16.879
		<u>73.056</u>	<u>71.676</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.318.771</u>	<u>1.256.444</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mateus Supermercados S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita líquida de vendas	18	4.593.327	3.772.313
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	19.a	(3.666.770)	(2.924.521)
Lucro bruto		----- 926.557	----- 847.792
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas, comerciais e gerais	19.b	(852.742)	(761.058)
Outras receitas e despesas	-	3.227	(4.510)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		----- 77.042	----- 82.224
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras	-	(79.652)	(83.587)
Receitas financeiras	-	5.179	5.476
		----- (74.473)	----- (78.111)
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		----- 2.569	----- 4.113
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.a	-	(2.292)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.b	(1.190)	(688)
Lucro líquido do exercício		----- 1.380	----- 1.133
Lucro por ação		----- 0,02	----- 0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mateus Supermercados S.A.

Demonstrações das mutações dos patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015		53.741	972	15.830	70.543
Lucro do exercício		-	-	1.133	1.133
Constituição reserva legal	16.b	-	84	(84)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>53.741</u>	<u>1.056</u>	<u>16.879</u>	<u>71.676</u>
Lucro do exercício		-	-	1.380	1.380
Integralização de capital social	16.a	17.900	(1.056)	(16.844)	-
Constituição reserva legal	16.b	-	69	(69)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>71.641</u>	<u>69</u>	<u>1.346</u>	<u>73.056</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mateus Supermercados S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	2.569	4.113
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações	53.388	42.594
Baixa do ativo imobilizado	-	4
Crédito de liquidação duvidosa	2.093	699
Provisão para juros	22.871	-
Provisão para riscos	(3.729)	4.469
Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Clientes	(115.052)	29.379
Estoques	(23.383)	(81.200)
Tributos a recuperar	(1.552)	(8.358)
Outros ativos	(158)	(347)
Depósitos judiciais	(871)	941
Impostos diferidos ativos	613	(767)
Acrescimento (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	170.897	90.749
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.585	20.199
Outros passivos	836	5.970
Impostos diferidos passivos	(1.190)	(688)
Impostos pagos (IR/ CSLL)	-	(2.292)
Caixa proveniente das operações	<u>109.918</u>	<u>105.465</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>109.918</u>	<u>105.465</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acrécimo do imobilizado	(69.840)	(122.531)
Títulos de capitalização	1.811	2.618
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(68.029)</u>	<u>(119.913)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento – líquida	97.185	219.920
Baixa de empréstimos e financiamento – líquida	(158.583)	(176.676)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamento	<u>(61.398)</u>	<u>43.244</u>
Das atividades de financiamento com acionistas		
Partes relacionadas	(61.474)	134.317
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamento com acionistas	<u>(61.474)</u>	<u>134.317</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.983)</u>	<u>163.113</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	197.710	34.597
No final do exercício	116.727	197.710
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(80.983)</u>	<u>163.113</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Mateus Supermercados S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luis – Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados, possuímos atualmente 13.386 funcionários e 70 lojas, quadro acionário esta indicado na Nota Explicativa nº 16a.

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria da Companhia em reunião realizada em 12 de abril de 2018.

2. Políticas contábeis adotadas

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo através do resultado".

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas quando aplicável, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se a avaliação dos créditos.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio inferior a 30 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

A estimativa de perdas com os créditos de liquidação duvidosa do contas a receber baseia-se no histórico de perdas efetivas da Companhia dos últimos 12 meses e na análise dos títulos vencidos acima de 180 dias

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 8. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

f) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

g) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil.

h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do grupo. Os fundamentos a natureza das provisões para contingências estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

i) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ):** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

j) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(3)** ativos financeiros disponíveis para venda; **(4)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações contábeis classificados nessa categoria.

iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, no caso da Companhia, compreendem as contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 4).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

1) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São classificados como passivos financeiros as contas a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Os empréstimos e financiamentos são contratados para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e registrados considerando o valor presente, ou seja, total do empréstimo ou financiamento deduzidos os encargos a transcorrer.

2) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados representam, principalmente, operações de giro e de aquisição de ativo imobilizado e são contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com as taxas contratuais.

3) Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros acontece somente quando suas obrigações são extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

k) Distribuição de lucros (dividendos)

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes as dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

m) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o) Lucro do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado através do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia. Não existem resultados diluídos a serem reportados, uma vez que não houve circulação e/ ou negociação de ações.

2.3. Principais julgamentos, criterios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Redução a valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

b) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização.

d) Provisão para perdas

Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em loja.

e) Provisões para riscos

Provisão por causas trabalhistas e cíveis são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

2.4. Novas normas contábeis

2.4.1. Normas contábeis que entrarão em vigor após 2017

A Companhia esta avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2016, que entrarão em vigos após o exercício de 2017:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge.	01/01/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	01/01/2018
IFRS 16 - Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019

3. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e aplicações financeiras:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	8.004	8.215
Bancos	103.265	168.517
Aplicações financeiras	5.458	20.978
	116.727	197.710

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 0,69% a.m. do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber – cartão de crédito	399.630	284.578
Provisão para devedores duvidosos (*)	(4.529)	(2.436)
	395.101	282.142

(*) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2016	Atualização	2017
Provisão para devedores duvidosos	(2.436)	(2.093)	(4.529)
	(2.436)	(2.093)	(4.529)

Com base na composição analítica do contas a receber e nas informações absorvidas em reunião com o setor de cobrança, foram elaborados critérios para análise do contas a receber, a fim de verificar a baixa ou adição de novos títulos nesse período. Foram extraídos os títulos vencidos a mais de 180 dias e que estão nos agentes de cobrança externa ou no jurídico, para saber a representatividade desses no total do contas a receber, chegando assim ao valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b) Composição dos saldos por idade de vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	314.294	265.512
Vencido de 01 a 30 dias	6.001	5.183
Vencido de 31 a 60 dias	11.058	1.553
Vencido de 61 a 90 dias	18.712	796
Vencido de 91 a 180 dias	21.293	2.719
Vencido a mais de 180 dias	28.272	8.815
	399.630	284.578

5. Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Mercadorias para revenda	328.872	305.084
Provisão para obsolescência e quebras (a)	(564)	(564)
Adiantamento a fornecedores	5.779	6.184
	334.087	310.704

a) Movimentação de provisão para obsolescência e quebras

	2016	Adição	2017
Provisão para obsolescência e quebras	(564)	-	(564)
	(564)	-	(564)

A Companhia em 31 de dezembro de 2017 efetuou provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$ 564 (R\$ 564 em 31 de dezembro de 2016).

6. Tributos a recuperar e diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS a compensar	1.879	3.593
ICMS a recuperar - CIAP	12.628	12.368
IR / CSSL diferidos	2.344	2.957
IRRF sobre aplicação financeira	896	640
Incentivo a cultura	-	80
PIS	2.198	1.686
Cofins	10.038	7.720
	29.983	29.044
(-) Parcela não circulante	14.510	11.047
Parcela circulante	15.473	17.997

7. Outros ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos (a)	13.348	15.159
Precatórios (b)	6.483	6.483
Adiantamento a funcionários	1.627	1.473
Seguros a apropriar	97	93
Empréstimo dos sócios	-	-
	21.555	23.208
(-) Parcela não circulante	19.831	21.642
Parcela circulante	1.724	1.566

- (a) Referem-se a títulos de capitalização vinculados aos empréstimos com data de vencimento previsto para setembro de 2020 com remuneração de 5,3% a.a.;
- (b) Os precatórios foram homologados junto ao Estado mediante intermediação do Estado do Maranhão no mês de setembro de 2013, sendo compensados com débitos de ICMS a vencer, e baixou 100% dos parcelamentos de ICMS que detinha com o Estado do Maranhão.

A Companhia pagou pelos precatórios o valor de R\$ 33.000.000,00 e a expectativa de quitação de débitos junto ao Estado do Maranhão é no total de R\$ 64.800.000. A Companhia registra o ganho na transação somente no ato das compensações e aprovações pelo Estado, ou seja, o valor registrado no ativo refere-se somente aos valores desembolsados deduzidos dos impostos recuperados até o período.

8. Imobilizado

a) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Edificações	21.475	-	-	-	21.475	-	-	-	21.475
Máquinas e equipamentos	109.716	16.789	-	5.770	132.275	15.683	-	-	147.958
Móveis e utensílios	38.866	9.400	(4)	-	48.262	8.699	-	-	56.961
Veículos	223	46	-	-	269	-	-	-	269
Equipamentos de informática	11.432	3.375	-	-	14.807	1.503	-	-	16.310
Imobilizações em andamento	12.716	30.284	-	(5.770)	37.230	43.784	-	-	81.014
Edificações em imóveis de terceiros	225.271	62.637	-	-	287.908	171	-	-	288.079
	419.699	122.531	(4)	-	542.226	69.840	-	-	612.066

b) Movimentação da depreciação acumulada

	% - Taxa de deprec. a.a	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Edificações	4	(4.645)	(765)	-	(5.410)	(859)	-	(6.269)
Máquinas e equipamentos	10	(33.402)	(10.974)	-	(44.376)	(15.850)	-	(60.226)
Móveis e utensílios	10	(13.165)	(3.707)	-	(16.872)	(5.509)	-	(22.381)
Veículos	20	(220)	(9)	-	(229)	(11)	-	(240)
Equipamentos de informática	25	(6.814)	(1.618)	-	(8.432)	(2.145)	-	(10.577)
Edificações em imóveis de terceiros	4	(45.021)	(25.521)	-	(70.542)	(29.014)	-	(99.556)
Total da depreciação	-	(103.267)	(42.594)	-	(145.861)	(53.388)	-	(199.249)
Saldo	-	316.432	79.937	(4)	396.365	16.452	-	412.817

9. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de produtos	420.364	297.015
Fornecedores de serviços	38.267	27.038
Fornecedores Convênio (Nota Explicativa nº 9.1)	85.088	48.769
	543.719	372.822

9.1 Fornecedores convênio

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contrapartida de encargos financeiros.

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Arrendamento Mercantil (a)	18.243	19.463
FINAME (b)	37.482	43.516
Capital de giro (c)	181.068	199.605
	236.793	262.584
Circulante	75.652	114.793
Não circulante	161.141	147.791

- (a) Os financiamentos para investimentos em aberturas de novas unidades e reforma das lojas atuais possuem juros anuais variando de 1,01% a 1,81% mais correção pela TJLP, e como garantia os próprios bens financiados, além do aval dos sócios;
- (b) Os financiamentos para investimentos em máquinas e equipamentos – FINAME possuem taxa de juros anuais 3,0 a 9,5% e correção pela UR – TJLP com variações 7% na modalidade PSI – Programa BNDES de sustentação ao investimento, e como garantia os próprios bens financiados, aplicações financeiras sem restrição de caixa e duplicatas, além do aval dos sócios;
- (c) Os empréstimos para capital de giro são realizados para evitar atrasos nos pagamentos e fazer fluxo de caixa frente às vendas efetuadas a prazo, principalmente nos setores de bazar e eletro com taxas de juros anuais variando de 7,06% a 23,14% + CDI, possuem como garantia o aval dos sócios;

Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas e/ ou covenants.

Movimentação dos empréstimos

31 de Dezembro de 2015	219.372
(+) Captação de empréstimos	219.920
(+) Provisão de juros	13.703
(-) Pagamentos	(190.411)
31 de Dezembro de 2016	262.584
(+) Captação de empréstimos	97.185
(+) Provisão de juros	22.871
(-) Pagamentos	(145.847)
31 de Dezembro de 2017	236.793

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	31.797
2019	49.378	30.656
2020	30.760	26.382
2021	28.667	22.368
2022	23.872	17.930
2023	18.538	12.621
2024	5.302	4.561
2025 acima	4.624	1.476
	161.141	147.791

10.1. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$ 18.243 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.463 em 31 de dezembro de 2016), de acordo com a tabela a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo do arrendamento mercantil financeiro	-	-
Pagamentos mínimo do arrendamento	-	-
Menos de um ano	6.308	6.595
De um a cinco anos	11.935	12.868
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	18.243	19.463
Encargos futuros do financiamento	4.982	5.945
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	23.225	25.408

10.2. Arrendamento mercantil operacional - Companhia como arrendatária

A Companhia arrenda diversos pontos de varejo através de contratos de arrendamento operacional canceláveis, principalmente com partes relacionadas. Os termos do arrendamento são de um, cinco e dez anos e a maioria dos contratos de arrendamento são renováveis no término do período de arrendamento a valores de mercado. Para rescisão destes contratos, a Companhia tem que fornecer uma notificação com antecedência mínima de 30 dias sendo que todas as despesas com arrendamento são debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, desses contratos totalizam:

	2017	2016
Menos de um ano	12.240	11.520
Mais de um ano e menos de cinco anos	36.315	42.720
Mais de cinco anos	6.330	6.075
	54.885	60.315

11. Debêntures

	Principal	Custo	IOF	Atualização	2016	Amortização	Atualização	2017
Série única	60.000	2.028	(1.352)	32	60.844	(12.468)	(268)	48.108
Total	60.000	2.028	(1.352)	32	60.844	(12.468)	(268)	48.108

Em 20 de dezembro de 2014 o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 60.000, com vencimento em 20 de dezembro de 2021 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,3% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/ 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

De acordo com o CPC 08 "Custos de transações e prêmios na emissão de títulos de valores mobiliários", os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e estes custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Seguem as características gerais da debênture da Sociedade:

Garantia

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Mateus Supermercado, o agente fiduciário e o Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55. da Lei nº 10.931/2004.

- **Primeira emissão:** série única;
- **Tipo:** simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações;
- **Espécie:** garantia real – os próprios bens;
- **Valor original:** R\$ 60.000;
- **Valor nominal:** R\$ 10.000 por debênture.

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	6.000	100% DI + 2,30%	Trimestral até agosto de 2015 e trimestral até o vencimento

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

- As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (dívida líquida pelo Ebitda,

onde deve cumprir o limite máximo de 4%) aplicação do recurso na construção do CD e abastecimento do mesmo com estoques.

A Companhia vem cumprindo todas as condições restritivas.

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	31/12/2017
2018	-
2019	11.732
2020	12.000
2021	12.000
	35.732

12. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	17.276	17.474
Provisão de férias	31.822	28.327
Rescisões a pagar	378	163
Contribuição sindical	52	376
INSS a recolher	7.039	7.641
IRRF	657	620
FGTS	2.210	2.258
IRPJ	-	2.243
CSLL	-	613
ICMS	14.484	12.217
Pis / Cofins CSLL retido na fonte	196	398
Outros	2.455	2.080
IR / CSLL diferido	3.010	2.433
ISS	99	250
	79.678	77.093
Circulante	74.533	72.275
Não circulante	5.145	4.818

13. Remuneração dos administradores

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R\$ 48 no ano de 2017 (R\$ 121 em 2016), não tivemos remunerações variáveis em 2017 e 2016.

14. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de 2017, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

- a) A provisão para contingências e riscos, em 31 de dezembro de 2017, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas e cíveis	1.801	5.530

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remota. O valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 8.519.

Segue a movimentação da provisão para contingências e riscos:

	31/12/2016	Adição/baixa	31/12/2017
Trabalhistas	4.520	(3.094)	1.426
Cíveis	1.010	(635)	375
Total	5.530	(3.729)	1.801

b) Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões, os quais estão assim demonstrados:

	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis e trabalhistas	2.470	1.599
Total	2.470	1.599

Segue a movimentação dos depósitos judiciais:

	31/12/2016	Adição/baixa	31/12/2017
Trabalhistas e Cíveis	1.599	871	2.470
Total	1.599	871	2.470

15. Partes relacionadas

As operações e saldos em aberto estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Mateus Eletônica	4.112	3.512
It Happens Ltda.	1.919	12.160
	6.031	15.672
Passivo		
Armazém Mateus S.A. (a)	238.267	344.141
Rio Balsas	10.764	10.408
Invicta	2.000	2.000
Indústria de Pães e Massas Mateus	65.952	35.772
Tocantins Participações	4.223	-
	321.206	392.321

Transações	31/12/2017	31/12/2016
Custo líquido revenda de mercadorias/ produtos		
Armazém Mateus (a)	4.056.828	2.972.210
Despesas de Aluguéis		
Tocantins Participações (b)	42.931	38.050
	4.099.759	3.010.260

a) Armazém Mateus S.A.

O Armazém abastece as lojas do Mateus Supermercados, aproveitando seus centros distribuições que estão localizadas próximas as lojas, sanando o problema de abastecimento do Estado do Maranhão.

b) Tocantins Participações S.A.

A Tocantins é proprietária de diversas lojas utilizadas pelos Supermercados.

15.1. Termos e condições de transações com partes relacionadas

As movimentações de vendas e compras, registradas envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro ou através de distribuição de dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 53.741 passou a ser de R\$ 71.641 em 31 de dezembro de 2017, através da AGE realizada em 18 de agosto de 2017 e está representado por 7.164.114 ações ordinárias nominativas com direito a voto.

Quadro acionário:

	Vlr. ações	% ações
Exitus Holdings S.A	71.633.970	99,99
Ilson Mateus Rodrigues	7.170	00,01
	71.641.140	100,00

b) Destinação dos lucros

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está demonstrada a seguir. Não foi contabilizada nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, devido a Ata de Reunião dos acionistas deliberaram por não realizar qualquer tipo de distribuição. O montante adicional a esse valor depende de aprovação em Assembleia de Acionistas e será contabilizada somente após essa aprovação:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	1.380	1.133
Constituição da reserva legal	(69)	(84)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.311	1.049
Lucros distribuídos no ano	-	-

17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.569	4.113
Adições e exclusões temporárias	(4.438)	2.697
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(1.869)	6.810
IR e CSLL às alíquotas vigentes (15% e 9%)	-	1.635
Adicional - imposto de renda	-	657
Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes	-	(2.292)
Taxa efetiva	-	55,73%

b) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referente aos tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para serem compensados.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos de 2017, registrados no ativo e passivo:

Ativos	2017	2016
Provisão para perdas nos estoques	-	-
Provisão de taxas administrativas	(168)	(4.648)
Provisão para contingências trabalhistas	(3.729)	4.469
Provisão de créditos de liquidez duvidosa	4.529	2.436
Total	632	2.257
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e da CSLL diferidos (a)	215	767
Passivos	2017	2016
Pagamentos de arrendamento mercantil	4.133	4.280
Total	4.133	4.280
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e da CSLL diferidos (b)	1.405	1.455
Diferido líquido na demonstração do resultado do exercício (b - a)	1.190	688

A estimativa de recuperação do saldo ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferenças intertemporais está diretamente relacionada com a relação das provisões a que estão relacionadas.

18. Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Mercadoria de revenda	5.405.867	4.466.635
Serviços prestados	2.624	2.255
(-) Deduções da receita		
ICMS	(528.220)	(454.644)
Cofins	(215.700)	(183.623)
PIS	(46.824)	(39.858)
Devoluções	(24.420)	(18.452)
Receita líquida total	4.593.327	3.772.313

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de impostos de renda e contribuição social.

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), impostos municipais, contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% a 1,65%) e à Cofins (alíquota de 0% a 7,6%).

19. Custos e despesas por natureza

a) Custo

	31/12/2017	31/12/2016
Custo da revenda	(3.842.868)	(3.082.595)
Bonificações e verbas	176.098	158.074
Total	(3.666.770)	(2.924.521)

b) Despesas administrativas e gerais

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	(452.856)	(414.316)
Acordos trabalhistas	(2.537)	(3.120)
Depreciação e amortização	(51.021)	(40.620)
Água, luz e telefone	(49.590)	(45.463)
Fretes e transportes	(8.152)	(8.668)
Material de consumo	(43.181)	(41.037)
Serviços prestados	(39.293)	(42.839)
Impostos e taxas	(3.867)	(5.291)
Seguros	(412)	(276)
Viagens e treinamentos	(5.418)	(6.898)
Aluguéis e condomínios	(106.143)	(86.435)
Manutenções	(22.876)	(20.588)
Publicidade propaganda	(20.141)	(20.680)
Despesas gerais	(47.255)	(24.827)
Total	(852.742)	(761.058)

20. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
IOF	(872)	(1.138)
Juros de empréstimos e financiamentos	(30.968)	(38.727)
Despesas bancárias	(40.302)	(41.353)
Perda financeira	(1.478)	(861)
Descontos concedidos	(6.032)	(1.508)
	(79.652)	(83.587)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	2.789	2.807
Variação monetária	-	6
Juros aplicações financeiras	2.390	2.656
Outras receitas financeiras	-	7
Receita com deságio precatório	-	-
	5.179	5.476
Efeito líquido de resultado financeiro	(74.473)	(78.111)

21. Perdas operacionais

A natureza das operações do comércio varejista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em loja.

A Companhia monitora estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência.

22. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada através de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos sócios.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

b.2) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação através de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

* * *



grantthornton.com.br

© 2018 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados.
"Grant Thornton" é referência à marca pela qual as firmas membro Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria a seus clientes e/ou refere-se a uma ou mais firmas membro, conforme o caso. Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas membro não constituem uma sociedade mundial. A GTIL e cada firma membro é uma entidade legal separada. Serviços são prestados pelas firmas membro. A GTIL não presta serviços a clientes. A GTIL e suas firmas membro não são agentes um dos outros e não se responsabilizam por atos ou omissões um dos outros.